



**Juízo de Direito - 5ª Vara Cível da Capital**  
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**  
**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3511, Maceió-AL - E-mail:**  
**vcivel5@tjal.jus.br**

**Autos nº: 0734039-60.2014.8.02.0001**

**Ação:** Recuperação Judicial

**Requerente:** ARQUITEC - Arquitetura, Engenharia e Construção Ltda.

**Requerido:** Banco do Brasil S A

### **DECISÃO**

**ARQUITEC - ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.,** devidamente qualificada nos autos da Ação de Recuperação Judicial em epígrafe, peticionou às fls. 10.521/10584, requerendo, em síntese, decisão judicial que: a) determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a ARQUITEC exerça as suas atividades, como determina a norma do art. 52, inciso II, da LFR; e b) autorize a participação da ARQUITEC em processos de licitação promovido por qualquer ente público (União, Distrito Federal, Estados, Municípios e respectivas autarquias ou empresas públicas), dentre elas a Concorrência nº 01/2018, promovida pela Universidade Federal de Alagoas, cominando-se multa para o eventual caso de descumprimento da ordem.

#### **É o essencial a relatar. Passo a fundamentar e decidir.**

Em resumo, a empresa Requerente busca tutela jurisdicional no sentido de obter autorização para participar de licitações promovidas por entes públicos, em especial a Concorrência nº 01/2018, promovida pela Universidade Federal de Alagoas, dispensando as exigências editalícias em relação a certidões negativas.

Assiste razão à empresa Recuperanda. Explico.

Não vejo óbice à concessão dos pedidos formulados, considerando que exigir de uma empresa, que está se reestruturando, a apresentação das certidões de regularidade fiscal para que possa concorrer em certames licitatórios, inviabilizaria seu crescimento, contribuindo negativamente para a preservação empresarial e o próprio fim da recuperação judicial.

Esclareço que, poderá a empresa em recuperação ser eliminada do procedimento licitatório por diversos outros motivos que não a apresentação das declarações de inexistência de débitos anteriores à concorrência, de modo que a flexibilização das



**Juízo de Direito - 5ª Vara Cível da Capital**

**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**

**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3511, Maceió-AL - E-mail:**

**vcivel5@tjal.jus.br**

exigências constantes na Lei nº. 8.666/93 não implica em sucesso automático em tal certame, mas apenas na possibilidade de a empresa em Recuperação Judicial buscar sua permanência no mercado, o que tem de ser incentivado pelo Poder Público.

Neste sentido, é o entendimento do STJ, senão veja-se:

**ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE.** 1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado. **3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa"** (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016). 4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação. 5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores,



**Juízo de Direito - 5ª Vara Cível da Capital**

**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**

**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3511, Maceió-AL - E-mail:**

**vcivel5@tjal.jus.br**

**promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. 6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores. 7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica. 8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.**

**(STJ - AREsp: 309867 ES 2013/0064947-3, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 26/06/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/08/2018)**

**(grifou-se)**

Ressalte-se, ademais, que a recuperação judicial visa justamente possibilitar que a empresa possa dar continuidade as atividades, evitando a demissão de funcionários e possibilitando o pagamento de suas dívidas, a despeito do que reza o art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

Portanto, a interpretação sistêmica da Lei de Licitações e da Lei de Recuperação Judicial, consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, deixa clara a possibilidade de participação em processos licitatórios de empresas em recuperação judicial, não podendo a administração pública se opor a participação de empresas nessas condições nem tampouco buscar empecilhos ou subterfúgios para eventual impedimento de licitar, permitindo, desta forma, a flexibilização das certidões negativas exigidas pelo art. 29, da Lei n.º 8.666/93.

Além desta flexibilização, o Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 8271/2011 – TCU- 2ª Câmara, determinou que: ***"é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93"***

Portanto, não vejo obstáculo aos pedidos em questão. Além disso, insta salientar



**Juízo de Direito - 5ª Vara Cível da Capital**

**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**

**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3511, Maceió-AL - E-mail:**

**vcivel5@tjal.jus.br**

que o pedido de recuperação judicial já fora deferido, através da sentença proferida às fls.6.579/6.583.

Por fim, no que diz respeito ao pedido de autorização de que a comunicação seja feita pelo Representante da Autora ou por seus prepostos, igualmente não vislumbro razões para indeferi-lo.

Em face do exposto e do mais que dos autos consta, DECIDO por autorizar a Recuperanda Arquitec - Arquitetura, Engenharia e Construção Ltda – Em Recuperação Judicial, a participar de processos de licitação promovido por qualquer ente público (União, Distrito Federal, Estados, Municípios e respectivas autarquias ou empresas públicas), dentre elas a Concorrência nº 01/2018, promovida pela Universidade Federal de Alagoas, dispensando a exigência de apresentação das Certidões Negativas de Débitos exigidas pelo art. 29, da Lei nº 8.666/93, aliado a apresentação de uma declaração do Administrador Judicial que ateste que a Requerente vem regularmente exercendo sua atividade empresarial estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), limitada ao montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em caso de descumprimento por parte de autoridades públicas promovedoras das licitações.

Autorizo que a comunicação desta decisão seja feita pelo Representante Legal da Autora ou mesmo por seus prepostos, com poderes para tanto.

Intime-se o Administrador Judicial acerca desta decisão.

Por fim, intime-se o **Banco Safra S/A, pessoalmente**, através de Oficial de Justiça, para, querendo, se manifestar sobre a petição de fls. 10.091/10.093 e documentos, em razão de envolver eventual direito do instituição financeira.

Publique-se. Intima-se. Cumpra-se.

Maceió , 18 de dezembro de 2019.

**Maria Valéria Lins Calheiros**  
**Juíza de Direito**